

Para esta atividade:

1. Faça a leitura individual do texto;
2. Discuta, com seu grupo, as questões apresentadas no texto;
3. O líder do grupo disponibilizará as conclusões no fórum.

### **“Os limites da desigualdade de renda”**

"Parece haver unanimidade em torno da idéia de que há necessidade de reduzir a desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Fixada a renda total, a redução da desigualdade só pode ser obtida diminuindo o rendimento dos relativamente ricos e aumentando o rendimento dos relativamente pobres. Mas quando se discutem medidas concretas para efetivar essa redistribuição, há uma compreensível tendência de as pessoas considerarem que as 'ricas', cujo rendimento será reduzido, certamente são pessoas mais ricas do que elas próprias. Daí a importância de se dispor de uma estimativa do valor do rendimento que separa os relativamente pobres dos relativamente ricos.

É claro que um pequeno aumento na renda de uma pessoa pobre diminui a desigualdade da distribuição da renda, e um aumento na renda de um rico faz com que essa desigualdade aumente. Fixado o valor desse pequeno aumento na renda de uma pessoa, seu efeito sobre a desigualdade é uma função crescente do valor prévio dessa renda. Iniciando com uma pessoa pobre e considerando, alternativamente, rendas cada vez maiores, há um ponto em que o efeito sobre a desigualdade muda de sinal, passando de negativo a positivo. O rendimento para o qual ocorre a mudança de sinal do efeito é o limite entre os relativamente pobres e os relativamente ricos. Esse limite depende da medida de desigualdade adotada e, obviamente, da distribuição de renda analisada.

Vamos adotar, como medida de desigualdade, o índice de Gini, que é, certamente, uma das medidas sintéticas de desigualdade mais conhecidas. Em princípio, o índice de Gini pode variar de zero a 1. O índice de Gini seria igual a zero se todos tivessem exatamente a mesma renda e seria praticamente igual a 1 se uma única pessoa ficasse com toda a renda e os demais tivessem renda nula. É óbvio que não há nenhum país do mundo cuja renda esteja distribuída de uma dessas duas maneiras extremas. O índice de Gini da distribuição da renda no Brasil está próximo de 0,6, dependendo de qual seja a distribuição de renda analisada.

Vamos considerar, inicialmente, a distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas no Brasil, de acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE) de 1999, excluindo as pessoas sem declaração de rendimentos e as que declararam rendimento igual a zero. Trata-se de uma população de 63 milhões de pessoas com rendimento médio de R\$ 553, rendimento mediano igual a R\$ 286 e índice de Gini igual a 0,572.

Ao analisar os rendimentos declarados na PNAD é necessário reconhecer que há uma tendência geral de subdeclarar o valor verdadeiro. Essa subdeclaração certamente é maior nos rendimentos mais elevados, mas também pode ser substancial em rendimentos baixo. Cabe lembrar que a PNAD não considera o valor da produção para autoconsumo, que é uma parcela importante da renda real do pequeno agricultor. Com base nas contas nacionais, é razoável considerar que o rendimento declarado na PNAD representa aproximadamente 60% do seu valor real. Então, os valores do rendimento médio e do rendimento mediano no Brasil, em 1999, estariam efetivamente próximos de R\$ 920 e R\$ 480.

Utilizando os rendimentos por pessoa economicamente ativa da PNAD de 99, verifica-se que o efeito de um aumento da renda de uma pessoa sobre o índice de Gini muda de sinal quando o rendimento é de R\$ 625. Um pequeno aumento em um rendimento abaixo de R\$ 625 faz com que o índice de Gini diminua, mas um aumento em qualquer rendimento acima de R\$ 625 faz com que o índice de Gini aumente. Considerando a subdeclaração dos rendimentos, esse limite deve estar efetivamente próximo de R\$ 1040. Esse é o limite entre os relativamente pobres e os relativamente ricos na distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas com rendimento, no Brasil, em 1999, se adotarmos o índice como medida de desigualdade.

Vamos considerar, em seguida, a distribuição de todas as pessoas de famílias residentes em domicílios particulares e com declaração do rendimento familiar, ordenadas conforme seu rendimento familiar *per capita*. De acordo com os dados da PNAD de 1999, trata-se de 156 milhões de pessoas em 45,3 milhões de famílias, com rendimento médio per capita de R\$ 225 por mês e rendimento mediano de R\$ 130 mensais. O índice de Gini da distribuição é 0,600. O limite entre os relativamente pobres e os relativamente ricos é de R\$ 325, pois um aumento na renda de qualquer família com rendimento per capita maior do que R\$ 325 já faz com que o índice de Gini aumente. Considerando uma correção para a subdeclaração dos rendimentos, estima-se que o valor efetivo desse limite esteja próximo de R\$ 540 per capita.

Na distribuição do rendimento familiar per capita no Brasil, em 1999, o limite entre os relativamente ricos e os relativamente pobres (R\$ 325 ou, com correção para subdeclaração, R\$ 540) é o 80º. percentil da distribuição. Isso significa que 80% da população é 'relativamente

pobre' e os demais 20% são os 'relativamente ricos'. Os dados da PNAD indicam que os 80% relativamente pobres ficam com 36% do rendimento total declarado, e os 20% relativamente ricos recebem 64% do rendimento total. O rendimento médio dos relativamente ricos é 3,2 vezes maior do que a média geral, ao passo que o rendimento médio dos relativamente pobres corresponde a 45% da média geral. O rendimento médio dos 20% relativamente ricos é 7,1 vezes maior do que o rendimento médio dos 80% relativamente pobres.

Fica para o leitor pensar nas implicações dessa análise para a orientação de uma política fiscal que contribua para diminuir a desigualdade no Brasil"

Rodolfo Hoffmann, professor do Instituto de Economia da Unicamp.

**In.** Gazeta mercantil 06 de novembro de 2001, página A-3.